

A DISCIPLINA QUE MARGINALIZA CORPOS: O IMPACTO DA CISHETERONORMATIVIDADE NAS SUBJETIVIDADES DE PESSOAS TRANS

Ariane Moreira de Senna¹
Apolo Vincent Silva de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho, objetiva a reflexão acerca do quão as subjetividades de pessoas trans, através da tentativa de normatização de um modelo cisheterossexual, são impactadas. Para isso, apresenta-se revisão bibliográfica dos estudos decoloniais, de gênero e sexualidades. A partir disso, problematiza-se o não lugar em que pessoas trans são colocadas por viverem em uma sociedade na qual o sistema Ciscolonial, as marginaliza mediante campos de saberes ocidentalizados. Interessa nessa pesquisa a compreensão do conjunto de regras que predeterminam enquadramentos que possibilitam o reconhecimento de corpos deslegitimados em virtude desse mesmo enquadramento, por sê-lo esse, um processo segregacionista que atua na exclusão de corpos trans.

Palavras-chave: Cisgeneridade, Heteronormatividade, Subjetividades, Transexualidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o impacto que uma sociedade heteronormativa³ e Ciscolonial⁴ provoca nas subjetividades de pessoas trans. As interações discursivas, nas suas mais diversas formas de expressão, quando não empurram a população transgênera para a margem da sociedade - através da construção da concepção de não pertencimento gradativamente inserida no próprio sujeito transgênero - a empurra para fora, condenando-a ao confinamento em si ou ao lugar do objeto. O diagnóstico biomédico/psicanalista/psicológico para com as populações transgêneras⁵, não é inocente. A entrega de laudos psicológicos/psiquiátricos, por exemplo, diz mais do que apenas sobre a medíocre comprovação identitária exigida pela cisgeneridade para

¹ Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia – POSAFRO/ UFBA, psicologia_arianesenna@yahoo.com.br;

² Graduando em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, polinhoapl@gmail.com.

³ Que tem como norma e naturalidade o padrão heterossexual.

⁴ Se refere ao entendimento de que o processo de colonização que se deu e ainda ocorre sobre nossos corpos é realizado por pessoas cisgêneras, pessoas que nasceram biologicamente de determinado sexo e se conforma com ele, de um modo geral, são todas as pessoas que não são trans.

⁵ Abreviação do termo pessoas trans e este, refere-se a um termo guarda-chuva que abarca todas as identidades de gênero como homens e mulheres trans, travestis, crossdresser entre outras. Ver mais em: < Jesus, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. 42p> Acesso em: 30/06/2019.

com a transgeneridade. Foucault (1976) afirma que as palavras são políticas. Compondo mais que signos linguísticos, o discurso escrito representa um modo de execução do poder autoritário entre opressores e oprimidos, com potencial para fazer determinações a serem carregadas como verídicas e repressoras de e por toda uma vida.

A cristalização em torno da categoria “sexo” nada mais é que um artefato utilizado pela ciência - enquanto detentora de potencial para disseminar verdades sobre os indivíduos e seus corpos, enquanto porta voz dos mesmos - para controlar as performances e interações sociais e, assim, atuar na delimitação do local que se constrói discursivamente para as populações que, ao incutirem/apreenderem como válidas, as enunciações ostensivamente veiculadas, emitidas diretamente (através de discursos jurídicos/médicos/psiquiátricos/educacionais) e indiretamente (através de reproduções cis-normativas naturalizadas e veiculadas nas interações cotidianas), insistem na regulação dos corpos.

Diante da naturalização com que a cisgeneridade é tratada na sociedade, as identidades cisgêneras tendem a serem concebidas como única possibilidade plausível de compreensão ativa, levando tais sujeitos a incorporação do local marginal socio-discursivamente construído para essa categoria de sujeitos que desobedecem às prescrições binárias de gênero. De acordo com as noções de decolonialismo e decolonialidade apresentadas por Restrepo e Roja (2010), compreendemos que as categorias de sujeitos hoje em posições dominantes, se sobrepuseram enquanto poder institucional/administrativo às classes subalternizadas mediante um processo de exploração das identidades divergentes do arcabouço eurocêntrico normativo, até atingirem, a dominação praticada - posteriormente a naturalização das concepções coloniais normativas - pelos sujeitos representantes dos moldes cis-normativos para com os destoantes dos mesmos.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi utilizada revisão bibliográfica dos estudos de gênero, sexualidades⁶, trans e travestis e decoloniais. Diante da análise e sistematização dos dados teóricos utilizados como norteadores da discussão e produção de dados empíricos, buscamos a compreensão acerca da constituição da subjetividade de pessoas trans na sociedade, recortando composições históricas para compreender formações identitárias contemporâneas.

⁶ Utilizei como referência primária o livro Gênero, Sexualidade e Educação do Mestre e Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Para saber sobre o livro, acesse: < [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook %20Genero e Sexualidade na Atualidade UF BA.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UF_BA.pdf)>. Acesso em: 27/06/2019.



DESENVOLVIMENTO

ESTUDOS DE GÊNERO, SEXUALIDADES, TRANS, TRAVESTIS E DECOLONIAIS

Colling (2018), apontou que na segunda onda do feminismo ocorreu a construção de conceitos e teorias feministas, um deles foi o de gênero. Apesar do conceito não ter sido criado propriamente pelo feminismo⁷, foi através dele que feministas pensaram - de forma a questionar as hierarquias entre homens e mulheres, bem como questionar os próprios gêneros nas pessoas como algo que não é inerente a sua condição biológica⁸ - o estático, como construído. O autor aponta que a inclusão e a citação do conceito gênero no próprio feminismo suscitou, e suscita até os dias atuais, debates e controvérsias:

Determinadas feministas alegavam ou alegam que a categoria gênero invisibiliza a categoria mulher, por exemplo. De qualquer maneira, gênero não é nunca sinônimo de mulher, pois tanto homens quanto mulheres possuem gênero. De alguma forma, a categoria gênero também abriu espaço para pensar as masculinidades, estejam elas presentes em corpos lidos como femininos ou masculinos. (COLLING, 2018, p.23)

Nesse sentido, a discussão de gênero tem se tornado cada vez mais ampla, questionando e abarcando o que é ser homem e ser mulher, bem como a dissociação do pensamento de os estudos de gênero serem estudos sobre a mulher e/ou luta das mulheres, ampliando o debate para se pensar sobre as diversas identidades de gênero existentes em nossa sociedade. Diante disso, cresce uma discussão que problematiza apenas a possibilidade de existência de homens ou mulheres, dicotomia naturalizada pela sociedade que faz com que os/as que fujam de tais identificações, paguem sanções, em muitos casos, com a própria vida.

2.2 Estudos de Sexualidade

De acordo com Colling (2018), as sexualidades referem-se a práticas sexuais e a identificação destas pelas pessoas, o que difere de gênero, que diz respeito a identificação do indivíduo enquanto sujeitos marcados por apresentarem papéis sociais que representam

⁷ Termo criado pelo psicólogo infantil John Money em 1947 para falar da mudança de sexo hormonal e cirurgicamente em bebês intersexuais. Ver mais em: < PRECIADO, Paul B. Texto Yonqui. Madrid: Espasa, 2008. > Acesso em: 30/05/2019.

⁸ Posteriormente o conceito de biológico também passou a ser questionado pelas feministas como algo que não é inerente a “natureza” e o gênero a “cultura”, logo, com isso, entendeu-se que o biológico também é algo construído.



determinados gêneros, como de homem ou mulher, por exemplo. O autor aponta que, apesar de tais diferenças, na prática, temos os gêneros sexualizados e as sexualidades generificadas, recaindo nas reproduções do que Butler (2010) apontou como “estereótipos de gênero”.

Segundo Colling (2018), a pessoa é denominada heterossexual quando pratica sexo com outra pessoa que difere do seu sexo/gênero e se identifica socialmente desta forma. Conforme o autor aponta, o problema da heterossexualidade é que ela tem se dado de maneira compulsória, buscando “ajustar” pessoas à norma, a exemplo, temos a concepção de que mulheres devem se casar com um homem heterossexual. Vale ressaltar que há uma diferença entre a heterossexualidade e heteronormatividade. Enquanto a primeira aponta que, para serem consideradas normais, todas as pessoas devam ser heterossexuais, a segunda, conforme Colling (2018) menciona, é uma ordem social para todas as pessoas, homossexuais ou não, a vivenciarem um padrão de vida que supostamente seja heterossexual, que está ligado diretamente ao modo de vida e pensamento heterossexual.

Após conceituar heterossexualidade, Colling (2018) apresenta alguns termos que destoam da norma, como “homossexual”, “bicha”, “gay”, “lésbica”, “sapatão”, “bissexual”, “pansexual” e “assexual”. O autor aponta que a pessoa homossexual é aquela que pratica sexo com uma pessoa do mesmo sexo/gênero e se identifica desta forma. Assim, homens e mulheres que vivenciam a sexualidade desta forma, são denominados homossexuais, tendo as mulheres também reivindicado o termo “lésbica” e, os homens, o termo “gay”. Já os termos “bicha” e “sapatão”, o autor aponta como utilizados por pessoas homossexuais por se identificarem com outro modo de vida que não seja o de pessoas homossexuais, resignificando esses termos. O autor ressalta o teor resignificativo de tais vocábulos apenas quando utilizados pelas próprias pessoas homossexuais. Caso contrário, poderão permanecer com valor originalmente inculido de insulto e pejoratividade.

Segundo Colling (2018), a bissexualidade diz respeito a prática sexual que uma pessoa faz com outra, tanto do mesmo sexo/gênero, quanto com pessoas do sexo/gênero oposto. Por isso, o autor aponta que a bissexualidade tem sido constantemente confundida com a Pansexualidade, com o prefixo “pan” do grego, que quer dizer “tudo”. Trata-se de uma outra orientação sexual assim como a heterossexualidade, homo e bissexualidade, mas a prática sexual se dá para com pessoas independente da sua orientação sexual e identidade de gênero. O autor aponta que “assexual” é a orientação sexual mais emergente, em que as pessoas não sentem desejo sexual por outras pessoas e esse desinteresse poderá vir a ser acompanhado ou não pelo desejo afetuoso e amoroso.

Já em relação ao termo queer, Colling (2018) aponta que, apesar de ser uma teoria para contemplar pessoas que estão a reivindicar o estranho, o difícil de definir, tem sido utilizado por muitas pessoas enquanto identidade, o que reflete ser uma maneira de muitas pessoas se sentirem contempladas e até incluir na sigla do movimento LGBT.

2.3 Estudos Trans e Travestis

Colling (2018) aponta conceitos criados por ativistas e cientistas trans para evidenciar que todas as pessoas possuem uma identidade de gênero, bem como, olhar as identidades trans e cis sem hierarquia, mas sim como componentes da diversidade do ser. Foi com esse propósito que criou-se os conceitos de cisgeneridade e cisnormatividade para falar das pessoas e comportamentos advindos de pessoas cissexuais. Quem está mais conformado dentro de um binarismo de gênero que foi designado em seu nascimento, tem sido chamado, nos últimos anos, de cisgênero ou cisgênera. (COLLING, 2018, p.32)

O autor aponta que existem outras pessoas que transgridem essa norma de forma mais intensa, como as travestis, que são pessoas que, apesar de serem lidas como pertencentes a um corpo tido como masculino, se identificam com o universo feminino e reivindicam uma identidade feminina. Na maioria das vezes, elas realizam diversas mudanças corporais para estar congruentes com tal identificação. Já as transexuais são aquelas se veem pertencentes como no gênero tido como oposto e, por isso, lidas pela sociedade como aquelas que desinjetam realizar cirurgias de redesignação sexual. No entanto, Colling (2018) destaca que esse modo de diferenciar travestis das pessoas transexuais não dá conta das várias formas de identificação entre esses grupos, pois muitas pessoas transexuais não desejam fazer cirurgias em suas genitálias. As pessoas não-binárias não reivindicam a transexualidade, mas o lugar limitado da binaridade e cisgeneridade masculina e feminina.

Segundo Colling (2018), apesar da visão feita pela sociedade para com as mulheres trans, não é a presença ou ausência da genitália que definirá a identidade de mulher e, não podemos afirmar a existência de uma única forma de ser travesti ou mulher trans, uma vez que as identidades são constantemente criadas e recriadas como tem feito, por exemplo, as próprias pessoas trans.

Indianare Sophia, importante ativista no Rio de Janeiro, utiliza o conceito de “trasvestigênera”. As pessoas transgêneras, que também podem se identificar como não-binárias, gênero fluido ou outras expressões, lidam de outra forma com a ideia de transitar entre os gêneros. Em determinados dias, elas podem estar a fim de sair de

casa com alguns elementos marcados como do universo feminino (algumas peças de roupas, maquiagem, joias, adereços etc.) e em outros dias estão mais identificadas com o que é considerado como universo masculino e assim se vestem e se comportam. (COLLING, 2018, p.36)

De acordo com Colling (2018), as pessoas transvestigêneres estão em constante em criação e recriação de novas combinações de gênero mas as pessoas cisgêneras também constroem e performam diariamente também o seu gênero pois, quando elas se vestem de determinada forma, furam as orelhas para por brincos, maquiam-se e se comportam de determinada forma, também estão dentro de uma construção que foge do “natural”.

Butler (2010), nos ajuda a compreender como sexo enquanto “pré-discurso”, anterior à cultura”, diferentemente do gênero, construído em meio as interações sociais, estão a serviço de interesses próprios dos criadores dessas categorias, enquanto pertencentes à lógica estabelecida pelos mesmos como natural. Cultivar a distinção entre as categorias “sexo” e “gênero” legitima a fixidez existente na categoria “sexo”, bem como reitera a concepção de normalidade do binarismo inerente a mesma, essa que se respalda a marginalização das identidades trans, em postulados científicos/biológicos.

Ambra (2016) aponta que em todas as pessoas existem um sentimento de incompletude, mas a população trans é afetada por tal sentimento de maneira desproporcional à população cisgênera. O autor pontua que não somente por fatores políticos e de resistência inerentes a autoafirmação enquanto sujeito consciente da precisão em afirmar sua identidade para que então ela seja reconhecida, como também pelo fato do impacto entre as categorias cisgênera e transgêneras serem significativamente diferentes.

Tanto a posição de “fiscal do gênero inteligível” quanto aquela supostamente “contestadora” acerca dos temidos estereótipos de gênero que causam o “mal-estar” quanto ao gênero são faces da mesma moeda, ou seja, duas formas espontâneas com que os profissionais de saúde mental têm lidado com a diferença trans nos espaços das clínicas. Ambas tendem a gerar afetos tristes.” (BAGAGLI, 2016, p.97)

Boa parte do discurso contemporâneo da psicanálise, amparado nas construções discursivas remotas, fortemente veiculadas até pouco tempo atrás, é composto pela normatividade social cisgênera que determina as possibilidades existenciais para pessoas transgêneras, através de sujeitos detentores do saber plausível para conceitualizar mediante o saber biomédico-psicanalista, a validade de suas existências.

A discussão sobre o transgênero em psicanálise, em especial na França e no Brasil, parece-nos se concentrar até o momento no debate quanto ao quadro psicopatológico ou estrutural a que tais experiências devam ser vinculadas, normalmente com a opção entre os territórios da psicose e da perversão. (CUNHA, 2016, p.08)

Cavalvanti, Barbosa e Bicalho (2018) afirmam que, mesmo diante do cenário de redemocratização e abandono das políticas ditatoriais, a violência transfóbica se constitui hoje como ação rotineira, por um processo de abjeção social para com as subjetividades trans, mas também pelas inúmeras violências cometidas arbitrariamente pelo Estado penal, operado por “políticas de segurança pública.”

Quando analisamos os poucos dados históricos de violências para com as populações trans, percebemos, dentre o pequeno acervo, uma predominância de relatos acerca das travestilidades. Podemos compreender essa visibilidade acentuada nas travestis não somente como recorte feito pela dificuldade de reconhecimento (mesmo quando para deslegitimar) das identidades transmasculinas que ainda hoje seguem sendo negadas, inclusive após suas mortes, mas também como fator atrelado a vinculação das travestis a prostituição, subemprego.

Estudos Decoloniais

Toda categoria é constituída politicamente e forma-se mediante a agrupação de sujeitos construídos também politicamente através do contexto histórico no qual se inserem como portadores de especificidades que compõem as suas subjetividades.

la corpo-política, esto es, la situacionalidad geohistórica y corporalizada que articula la producción de conocimiento. Un conocimiento situado, y situado específicamente desde la diferencia colonial, es lo que constituye la inflexión decolonial como paradigma otro. (RESTREPO, ROJA, 2010, P.20).

O compartilhamento ou não dessas especificidades que rompem com a normatividade geográfica e história incorporada pelos colonizadores cis-masculinos-brancos para exercer domínio sobre outras formas de existência demarca quais sujeitos, historicamente, possuem direito ao saber, logo, sobre o outro, que pouco ou nada sabe, mesmo sobre si. Assim, a definição de transgeneridade enquanto comunidade portadora de um potencial perverso por conta da insubordinação psíquica marcada nos corpos dos compositores da categoria de pessoas trans é uma concepção há séculos construída pelos que sempre tiveram o direito ao saber, logo, sempre souberam e, sabendo, têm seus dizeres sustentadores do conforto de categorias privilegiadas, como a da masculinidade cisgênera e branca - como discursos válidos ainda nos dias de hoje.

Conforme aponta Sen (2015), precisamos resistir à colonização, tendo em vista que os principais teóricos e personalidades que fizeram história são sempre brancos, escrevendo, legitimando e deslegitimando corpos sobretudo que não são vivenciados por eles. Dessa forma, o autor nos faz refletir sobre a sua crítica ao eurocentrismo. Tais questionamentos nos levam a tomarmos cuidado de não cairmos na ocidentalização ao acreditar que, para entrarmos no sistema, precisamos nos ocidentalizar. É entender que nossas questões não estão relacionadas a matriz o ocidental e descolonizar isso é sobretudo descolonizar os discursos e práticas sobre nós, população de pessoas trans.

DISCUSSÃO

As reflexões apresentadas por Butler (2010) possibilitam questionamentos sobre a necessidade de criação da categoria “gênero” enquanto identidade socio-culturalmente construída e denotam o caráter supostamente intencionado “inclusivo” da categoria surgida para negociar a possibilidade de reconhecimento de identidades indesejáveis, criando um pseudo reconhecimento para as identidades transgêneras. Assegurando, assim, extrema tranquilidade na experiência das identidades cisgêneras binárias, conforto não compartilhado pelos que ameaçam a manutenção da estrutura cissexista das categorias sexo e gênero. Vivenciamos em uma constante naturalização e exotificação sobre os corpos das pessoas trans e todos os outros que, de alguma forma, destoam da norma.

As contribuições de Cunha (2016) nos possibilitam pensar o quanto a sociedade, através de representantes biomédicos, cria a manifesta ideia de “verdade” de que pessoas transgêneras são psicóticas, não somente como meio de manter solidificada a hierarquia que marginaliza essa população, mas também como transposição duma histeria psicótica que parte da sociedade cisgênera – compositora da maior hegemonia hierárquica existente – que quantitativamente mais forte, possui maior voz para se sobrepor perante determinadas categorias em prol da sustentação de ideias conservadores-normativos.

Pensar pessoas trans enquanto desconformes para com “seu” gênero instaura a inconformidade premeditada para sujeito trans, levando-o a submissão a adequação compulsória mediante a reprodução dos estereótipos binários de gênero, cisgêneros por excelência. Entretanto, quando analisamos os locais socioeconômicos passíveis a ocupação de pessoas trans, percebemos o quanto essa adequação corretiva compulsória está ao alcance de poucos. Deparamo-nos com um cenário de carência financeira que acomete a um alto índice

percentual dessa população, acentuando-se ainda mais quando a identidade do sujeito em questão abarca outros marcadores sociais, como o étnico-racial.

A partir das leituras de Bagagli (2016) foi possível refletir sobre corpos de pessoas trans pobres e periféricas relacionados ao calamitoso sistema público de saúde brasileiro e, entender que não é difícil constatar que a possibilidade de realização da “transição legítima” é uma realidade palpável apenas para uma minoria dos compositores dessa categoria que, diante dum currículo marcado por baixa escolarização, em virtude das violências ocorridas nas instituições educacionais e, conseqüentemente, de intensificação da negação da possibilidade de inserção desses corpos nos espaços laboriais – esses que tendem a recusar tais sujeitos mesmo quando qualificados – enxerga em procedimentos clandestinos de adequação, uma saída.

A definição da transgeneridade enquanto comunidade composta por sujeitos portadores dum potencial perverso, provocado pela insubordinação psíquica marcada nos corpos das pessoas que compõem essa categoria, é uma concepção há séculos construída pelos que sempre tiveram o direito ao saber, logo, sempre souberam sustentar categorias privilegiadas, como discursos válidos, ainda nos dias de hoje. Restrepo e Roja (2010) representam um movimento preciso para populações historicamente subalternizadas num processo colonizador que naturalizou a designação de inferioridade/inadequação feita para com seus corpos. Somente apoderados de consciência histórica, populações como a transgênera podem problematizar concepções cristalizadas como naturais e reivindicar o direito a disputa de espaços dominados pelos construtores das hierarquias segregacionistas que os privam do acesso a direitos básicos, sobretudo aos corpos trans que vivenciam duas ou mais opressões, como as de raça e classe. A cisgeneridade surge e permanece como processo natural a partir da instalação do que Foucault (1976) chamou de dispositivo de poder. Identidades trans, ao desnaturalizarem a cisgeneridade, uestionam e resignificam toda a história sobre sexo, gênero e sexualidade na qual as concepções de “normalidade” se amparam para apartar essas identidades do seu corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição predominantemente cisgênera da sociedade se reverbera na ampla maioria dos espaços, senão em todos, de tal modo que a população transgênera encontra-se em desamparo estrutural, culminando-se ao político, afetando todas as esferas que atuam na construção do indivíduo trans enquanto sujeito. Possíveis direcionamentos menos drásticos para

a existência de pessoas trans não se resumem em incluí-las nos currículos e espaços institucionais (discurso que é utilizado pela sociedade cisheterossexual e branca) mas sim, a permanência dessa população nos espaços..

Dessa forma, as políticas pensadas para as mais diversas populações, como as de saúde e segurança, certamente não visaram sujeitos que hipoteticamente constituíam uma ameaça a tais instâncias. Diante desse histórico é que se formam sistemas construídos para o acolhimento das populações, sobretudo as economicamente vulneráveis. Esse olhar para a historicidade da trajetória das populações transgêneras nos faz compreender a origem da rejeição cristalizada que determinados setores do Estado têm para com corpos trans, bem como a ausência de políticas públicas desde os primórdios/consistentes para essa população.

Decerto essa política de morte pregada as populações transgêneras teve impactos desastrosos para a inserção dessas identidades na sociedade, refletindo-se notoriamente até os dias de hoje. Contudo, não há dúvidas que o maior impacto foi nas subjetividades dessas identidades que, como todas as demais, se constitui por intermédio de construções socioculturais, nas quais diante de como tal categoria outrora foi representada, se define aos atuais representantes da mesma, modos possíveis de existir.

Pessoas Trans* têm lutado historicamente para obter direitos e, para isso, passam a reivindicar-se transexual e, muitas vezes, a disciplinar-se, adentrando nos padrões possíveis de ser e estar transexual a fim de se incluir dentro de um sistema que lhe possibilite direitos básicos, a exemplo da utilização do nome. Na tentativa de tais disciplinarizações, refletimos sobre esses corpos, essas subjetividades que são desde cedo negadas, violentadas e punidas, impactando diretamente na formação adulta desses sujeitos que, por vezes, acabam por reforçar estereótipos, a exemplo dos ditos sobre a travesti que é agressiva, prostituta e “aidética”. Movimentações estratégicas e silenciosas como essas são executadas diariamente, a fim de manter os sujeitos transgressores da cisheteronormatividade em seu devido (não) lugar de adoecimento psíquico e isolamento. Durante esse percorrer, podemos dizer que esses corpos trans são marginalizados mediante a disciplina executada pela sociedade e sua cis-normatividade impregnada.

REFERÊNCIAS

AMBRA, Pedro. **A Psicanálise é Cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico.** Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades- Periódicus. Salvador, n.5, v.1, maio-out.2016, p.101-120. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17179/11336>>. Acesso em 27/06/2019.

BAGAGLI, Beatriz Paglianari. **A diferença trans no gênero para além da patologização**. Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades- Periódicus. Salvador, n.5, v.1, maio-out.2016, p.87-100. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178/11335>> Acesso em: 27/06/2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.24-26.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização**. Rio de Janeiro: Psicologia: Ciência e Profissão, v.38. 2008, p. 175-191.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre colonialismo**. Lisboa: Sá de Costa, 1978, P.13-29.

COLLING, Leandro. **Gênero e Sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UFBA.pdf> Acesso em: 27/06/2019.

CUNHA, Eduardo Leal. **A Psicanálise e o Perigo Trans (ou: por que os psicanalistas têm medo de travestis?)**. Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades- Periódicus. Salvador, n.5, v.1, maio-out.2016, p.7-22. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17172>> Acesso em: 27/06/2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Seguir mirando a Europa es apostar por un suicídio colectivo. [Entrevista concedida a La Tinta periodismo hasta mancharse]. Redacción La tinta. 15 septiembre, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, Trad. M. T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 1999. Originalmente publicado em 1976.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus**. Brasília, 2012. 42p

LORDE, Audre. Os usos do erótico: o erótico como poder. In: **Textos escolhidos de Audre Lorde. Difusão Herética Lesbofeminista independente**. Tradução: VOZ, Lucas. (Versão Online) Retirado do texto original The Collected Poems of Audre Lorde [Poemas Escolhidos de Audre Lorde], 1997.

RESTREPO, Eduardo. e ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar: Popayan, 2010, p. 15-22.

SEN, Amartya. **Identidade e Violência: a ilusão do destino**. Tradução: José Antônio Arantes. 1 ed. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2015. Retirado do texto original Identity and violence: the illusion of destiny.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normativa**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015, p.43-52 e 60-71. Disponível em: <
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>> Acesso em: 27/06/2019